

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: ANÁLISE DO PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Daniele Rorato Sagrillo¹

Mestranda - PPGE/CE/UFSM

Ecléa Vanessa Canei Baccin¹

Especializanda – CEFD/UFSM

Vilmar José Both¹

Mestrando – PPGEF/ESEF/UFPEL

RESUMO

O presente trabalho busca desenvolver uma reflexão acerca das políticas públicas de esporte e lazer do Governo Lula, particularmente ao Programa Esporte e Lazer da Cidade. Objetivamos discutir questões referentes à relação entre tempo de trabalho e tempo livre, com base no Materialismo Histórico e Dialético. Procuramos analisar o programa através do par dialético objetivos/avaliação, pressuposto que dá sustentação a pretensos saltos qualitativos. Verificamos a necessidade de avanços, porém concluímos que uma vida dotada de sentido, incluindo o Lazer nessa perspectiva, dependerá de uma transformação social.

RESUMEN

El presente trabajo busca desarrollar una reflexión acerca de las políticas del deporte y Ocio del gobierno Lula, particularmente del programa Deporte y Ocio de la ciudad. Objetivamos discutir cuestiones relativas a la relación entre tiempo de trabajo y tiempo libre, con bases en el materialismo histórico y dialéctico. Procuramos hacer el análisis del programa partiendo del par dialéctico objetivos/evaluación, presupuesto que da sustentación a pretensos saltos cualitativos. Verificamos la necesidad de avances, entretanto concluimos que una vida dotada de sentido, incluyendo el Ócio en esa perspectiva, va a depender de una transformación social.

ABSTRACT

The present work attempts to develop a reflection concerning the public politics of sport and leisure by Lula's government mandate, particularly to the Sports and Leisure in the City Program. We aimed at to discuss subjects regarding the relationship between time of work and spare time, with base in the Historical and Dialectic Materialism. For such intent, we tried to analyze the program through the dialectic pair objectives/evaluation, a presupposition that gives sustentation to assumed qualitative leaps. We verified the need of progresses, however we ended that a life endowed with sense, including the Leisure in such perspective, it will depend on a social transformation.

¹ Participantes da Linha de Estudos Epistemológicos e Didáticos em Educação Física Escolar (LEEDEFE) do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria. Orientadores da Linha: Prof. João Francisco Magno Ribas e Prof^a. Maristela da Silva Souza.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vivemos em uma sociedade de extremas contradições, onde de um lado temos um grande desenvolvimento científico, tecnológico e o avanço da globalização econômica, e de outro, temos o aumento do índice de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, das desigualdades sociais, da destruição da natureza. Nesse contexto, onde a maioria não tem acesso aos produtos resultantes da sua força de trabalho, cabe nos questionarmos: Que importância possuem as políticas públicas de esporte e lazer para interferir nessa realidade?

O presente trabalho objetivou tecer algumas considerações em torno das políticas públicas de esporte e lazer do Ministério do Esporte do Governo Lula, mais especificamente o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), por fazer parte da nossa realidade concreta. Pretendemos analisar questões pertinentes a sua efetiva implementação, bem como os objetivos e o processo de avaliação desse programa e suas relações.

TEMPO DE TRABALHO E TEMPO LIVRE

Muitas são as discussões e estudos relacionados ao tempo de trabalho e ao tempo livre. Não são poucas as diferenças epistemológicas de conceituações e classificações. Portanto, a nossa escolha para análise da problemática pauta-se no referencial teórico do Materialismo Histórico e Dialético, por entendermos que o trabalho constitui-se como categoria central da sociabilidade humana.

Entendemos assim como Antunes (2005) que esses dois tempos se inter-relacionam, pois uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho fetichizado e alienado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.

No entanto sob a égide do sistema capitalista, o trabalho em geral não é algo criativo, livre, decidido pelos trabalhadores, mas sim, um trabalho abstrato, estranhado, desrealizador e desefetivador da atividade humana. E o tempo “livre” é convertido em tempo de consumo para o capital (ANTUNES, 2005), pois o indivíduo necessita capacitar-se para poder melhor competir no mercado de trabalho, ou ainda, consumir mercadorias inteiramente desprovidas de valor de uso.

Portanto, a desconsideração desta dupla dimensão presente no trabalho, conforme Antunes (1999, p.80), possibilita que a crise da sociedade do trabalho abstrato seja entendida equivocadamente como a crise da sociedade do trabalho concreto. Nega-se o papel do trabalho concreto como ponto de partida para uma transformação radical, sendo fonte e base para a emancipação humana e uma consciência omnilateral.

Para esse autor, quando essa tese não é aceita, a luta se concentra no tempo livre/liberado, na realização romântica do trabalho que avilta e do tempo (fora do trabalho) que liberta, desconsiderando a dimensão totalizante e abrangente do capital, que engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idealidades.

Segundo Sader (2000), quando se pergunta às pessoas o que gostariam de fazer, a resposta em geral é que gostariam de nada fazer, de não trabalhar. Gostam de beber, dormir, jogar futebol... Predominam as atividades que satisfaçam as necessidades biológicas – comuns aos homens e animais, como dormir, comer, ter relações sexuais, sobre aquelas peculiares ao ser humano.

A diferença do homem para o animal, segundo esse autor, é antes de tudo, a capacidade que tem de trabalhar, de mudar sua situação real, de transformar a natureza, elaborar projetos conscientes e, democraticamente, mudar o mundo. Essa característica

humana primordial perdeu seu valor porque o trabalho é uma carga, instrumento pesado de vida e sobrevivência, devido a ser realizado de forma alienada.

Neste sentido, Antunes (2005, p.173) lembra uma passagem ainda muito atual de Marx:

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo têm de fazer o civilizado, sejam quais forem as formas de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.

Durante o processo de industrialização, o trabalhador encerrava às 24 horas de seu dia no tempo de trabalho, descontando o intervalo de repouso, para recuperar as forças físicas. E foram essas extensas jornadas de trabalho que impulsionaram as reivindicações pela instituição de um tempo fora do trabalho, nesse sentido o tempo livre surge como em meio às contradições do próprio desenvolvimento capitalista, como conquista de classe. (MASCARENHAS, 2000, p 27)

O autor ainda salienta que a expropriação de um tempo de trabalho alheio ao lucro, bem como a efetiva luta – por quem trabalha – pela redução da jornada de trabalho, revela que a atual noção de tempo livre, lazer, não surgem com a Revolução Industrial, mas em outro cenário, quando as lutas sociais conseguem impor poucas, mas significativas transformações ao capitalismo.

Nesse sentido, enquanto muitos defendiam o direito ao trabalho, Paul Lafargue, em 1881, foi o primeiro a defender o direito à preguiça, não como apologia ao fim do trabalho, mas como crítica radical à forma alienada de trabalho decorrente do que denomina – religião do trabalho – verdadeiro credo da burguesia. (MASCARENHAS, 2000, p.23)

Assim, tendo em vista as características da sociedade capitalista, a conquista de um tempo “livre” frente às pressões crescentes vem se impondo como um desafio para todos que desejam exercitar a face humana da vida plena. O tempo livre tende a transformar-se em mera mercadoria, e de luxo.

As diversas manifestações de estranhamento, além de atingirem o espaço da produção, atingem intensamente a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, fazendo do tempo livre, um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias. Portanto, o ser social que trabalha deve somente ter o necessário para viver, mas deve ser constantemente induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos

produtos. Para as classes dominantes esse ter é possessão efetiva, enquanto a necessidade do ter do trabalhador, diz respeito a sua mera sobrevivência: vive para manter-se (ANTUNES, 1999).

Entendemos o lazer como possibilidades de prática de emancipação, durante o tempo livre, com grande potencial de formação e educação humana. É um dos direitos sociais da população, garantido pela Constituição Federal de 1998, ou seja, dever do Estado.

No entanto, no que se refere ao lazer, é de interesse salientar que não é sinônimo de tempo livre. Para melhor esclarecermos esta questão Sant'Anna (apud MASCARENHAS, 2000, p.36) afirma que o lazer é tratado como a negação do erro, do ócio, ou ainda como o negócio capaz de excluí-lo ou tratá-lo. Esse tratamento implica a integração do ócio numa ordem moral, racional e economicamente útil. Afirma-se também uma tendência em conceber o lazer como sendo um estatuto que certas atividades, espaços, equipamentos e atitudes adquirem na medida em que respondem não somente às necessidades de descanso e de diversão do trabalhador, mas implementam também valores, normas do mundo do trabalho, da política e da economia.

Mascarenhas (2000, p.36) destaca que historicamente as práticas comuns dos trabalhadores no tempo livre passavam despercebidas pelas instâncias de poder e tinham no ócio o seu refúgio, hoje diferentemente estão rigorosamente submetidas ao controle e interferência do setor público e privado. Portanto, é nesse espaço que precisam atuar os que compreendem o lazer como possibilidade de prática de emancipação humana, tratando o mesmo de maneira a contrapor esse rigoroso controle.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER COMO DIREITO DE TODOS

Entendemos que as Políticas Públicas de Esporte e Lazer devem levar em consideração as questões acima colocadas, buscando através de sua atuação, questionar a realidade atual, instrumentalizando a população para que a mesma entenda que o lazer é um direito de todos e um dever do Estado, de maneira que participando desse processo, se percebam como sujeitos históricos e agentes transformadores dessa situação em busca de atingir uma sociedade onde trabalho e tempo livre possam ser dotados de sentido.

De acordo com o Manual de Orientação¹, o Programa Esporte e Lazer da Cidade visa, em síntese, “suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras pelas condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas”(p.1).

Neste mesmo documento, colocam que no entendimento do Ministério do Esporte, o papel ocupado pelo esporte e lazer no mundo contemporâneo não pode ser outro senão o de instância de emancipação e desenvolvimento humano. Portanto, o Programa Esporte e Lazer da Cidade busca consolidar o esporte e o lazer como direitos sociais e como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos, e ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.

Esse Programa está baseado no Plano Plurianual 2004/2007 do Governo Lula que “garante os preceitos constitucionais tratando a política de Esporte e Lazer como questão de Estado” e que, dentre outros objetivos busca: “Oferecer formação continuada a professores, estudantes e agentes sociais de esporte e lazer (...)” e, “aplicar metodologia de avaliação processual às políticas públicas de esporte e de lazer” (p. 04).

¹ Manual de Orientação do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Percebemos então que existe por parte do Ministério do Esporte a preocupação em relação à política de esporte e lazer como direito dos cidadãos e dever do Estado, porém o programa ocorre em algumas localidades do país, atendendo um número restrito de pessoas, por um período de dez meses com possibilidade de renovação por igual período, garantindo um direito, apenas temporário. Em nosso entender, isso não se caracteriza como uma política que garanta um direito social da população, pois o programa tenta compensar a carência de políticas públicas de esporte e lazer, desvinculadas de um projeto mais amplo de nação e de transformação social.

Considerando, apesar do exposto, que há um pequeno avanço no que diz respeito às políticas públicas, porém pouco significativo, demonstrando uma postura de governo que “mantém uma política econômica submissa ao capital internacional, e apesar da alta arrecadação do país, o governo destina os recursos para pagamento da dívida ao invés de investir em políticas sociais para melhoria das condições de vida do povo.” (D’AGOSTINI, et al, 2006).

Percebemos que o Governo em consonância com os pressupostos neoliberais, atribui as causas das desigualdades à sorte e não às condições estruturais da sociedade, as ações do governo em direção a uma ‘justiça social’ são arbitrarias e imprevisíveis, “já que as políticas públicas ficam expostas às pressões dos diferentes grupos de interesse e, portanto, o equilíbrio que deve possuir o Estado como árbitro cai ante a necessidade política de negociação” (BIANCHETTI, 2001, p.91-92).

Segundo este teórico, para os autores Neoliberais as políticas sociais do Estado aumentam seus gastos e como consequência produzem um aumento da pressão fiscal sobre os setores possuidores do capital, que não são beneficiados diretamente com estas políticas, pois ajudariam a financiá-lo, mas não fariam uso de seus serviços, por não serem usuários do sistema, estando em condições de resolver suas necessidades individualmente.

EXPERIÊNCIA DO PELC: CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES

Em se tratando de questões próprias do Programa Esporte e Lazer da Cidade, no que diz respeito ao lazer, o mesmo possui sua fundamentação teórica, em Fernando Mascarenhas que entende o lazer como um “fenômeno tipicamente moderno resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura perpassando por relações de hegemonia” (Manual de Orientação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, p.6).

Segundo Mascarenhas (2000) “o tempo livre – e por consequência o lazer - constituir-se-ia assim, como um potencial espaço para a autodeterminação dos grupos e pessoas, permitindo o avanço de uma consciência cidadã construída frente às inter-relações produzidas entre categorias como liberdade, responsabilidade, participação, organização e política” (p.14).

Para analisarmos as questões mais específicas do programa fixaremos o par dialético objetivos/avaliação, na qual a avaliação deve ser entendida em sua relação dialética com os objetivos, pois ambas as categorias formam um par no qual possuem interdependência. O exercício da avaliação permite desvelar os objetivos reais e não somente os proclamados, pois segundo Freitas (1995) estes estão em permanente interação, isto é, o homem está constantemente “avaliando” suas realizações por meio de um permanente confronto entre o realizado e suas novas necessidades. As contradições entre o pensado e o real são uma poderosa fonte de motivação para o homem estabelecer novos objetivos, num processo sem fim.

Nesse sentido, analisando a avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade realizada pelo Ministério do Esporte, percebemos que nela há certa incoerência em relação

aos objetivos do Programa, pois na mesma são avaliados pontos mais relacionados ao que se refere à estrutura, ao material, ao financeiro, ao pessoal e a visibilidade que tal Programa está tendo pela sociedade em geral. No entanto, percebemos que um ponto de extrema importância, que é um diferencial nos objetivos do Programa não está sendo analisado nesta avaliação, que é como metodologicamente os fundamentos filosóficos norteadores estão sendo garantidos no desenvolvimento das atividades. O que queremos abordar com isso, é que a Secretaria de Esporte e Lazer possui um entendimento de lazer, no qual o compreende como um fenômeno resultante das tensões entre capital e trabalho, porém em sua avaliação não analisa se essa questão está sendo efetuada no trato das atividades e formação desenvolvidas.

Entendendo a avaliação em sua relação com os objetivos, é de extrema importância que o referencial teórico também seja analisado nas avaliações, não tendo em vista a punição da instituição pleiteante, mas a verdadeira efetivação da proposta do programa, o que pode repercutir em mudanças na formação continuada dos agentes sociais que está sendo atualmente desenvolvida. É necessário que tenhamos pessoas com uma formação crítica capazes de estabelecer, no cotidiano do programa, através dos conteúdos da cultura corporal, vivências de valores contra-hegemônicos, que contribuam para mudanças de ordem social, possibilitando aos participantes perceberem-se como sujeitos históricos nesse processo.

Nesse sentido, acreditamos que essas questões devam ser tratadas no desenvolvimento das atividades nos núcleos, o que requer que os sujeitos envolvidos nesse processo tenham bases didáticas e filosóficas que dêem conta de desenvolver tais questões no seu espaço de intervenção, o que requer um bom processo de formação para alcançar tais objetivos, juntamente com uma avaliação que busque analisar se estes estão sendo alcançados ou não.

Gadotti (2000) afirma que a formação não pode reduzir-se a cursinhos periódicos de reciclagem ou participação em eventos promovidos. A educação deve ser continuada, realizada em serviço e não em treinamento.

Concordamos com Libâneo (2001) quando nos diz que a formação continuada deve estar baseada na articulação entre a prática e a reflexão sobre a prática, de modo que vá transformando-se em um profissional crítico-reflexivo, isto é, alguém que domina uma prática reflexiva.

Compreendemos o trabalho pedagógico, a partir do próprio conceito de trabalho de Marx, como uma atividade adequada a um fim, característica essa essencialmente humana e que o diferencia da natureza, pois ele é capaz de estabelecer objetivos, baseado em valores e buscar sua concretização, tornando-se um sujeito histórico. A seguinte passagem de Marx ilustra tal argumento:

A aranha realiza operações que lembram o tecelão, e as caixas suspensas que as abelhas constroem envergonham o trabalho de muitos arquitetos. Mas até mesmo o pior dos arquitetos difere, de início, da mais hábil das abelhas, pelo fato de que, antes de fazer uma caixa de madeira, ele já a construiu mentalmente. No final do processo de trabalho, ele obtém um resultado que já existia em sua mente antes de ele começar a construção. O arquiteto não só modifica a forma que lhe foi dada pela natureza, dentro das restrições impostas pela natureza, como também realiza um plano que lhe é próprio, definindo os meios e o caráter da atividade aos quais ele deve subordinar sua vontade (Marx apud VIGOSTSKI, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que há a necessidade de uma política permanente de esporte e lazer, com recursos necessários para o bom andamento das atividades nas comunidades, com espaço físico, com recursos humanos que possam estar em formação permanente, para prestarem um trabalho de boa qualidade a população participante dessa política, profissionais que sejam capazes de problematizar em suas aulas, as múltiplas relações que envolvem o lazer.

Sendo assim, concluímos, através da análise da proposta, do desenvolvimento e da avaliação do programa, que o mesmo necessita de avanços no que diz respeito à efetivação e garantia de suas proposições, tendo que repensar para isso sua formação e a avaliação realizadas.

Portanto, somente superando as contradições constatadas, acreditamos que o programa pode ser um espaço de lazer, rico em vivências da cultura corporal, promovendo discussões que envolvam a comunidade em mobilizações e reivindicações de direitos sociais, sejam eles quais forem, rumo a uma vida dotada de sentido no tempo de trabalho e no tempo livre que dependerá de uma transformação social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Editora Boitempo, São Paulo, 7ª reimpressão, 2005.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BIANCHETTI, R. G. Modelo neoliberal e políticas educacionais. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola. Teoria e Prática. 3 ed. Goiânia: Alternativa. 2001

D' AGOSTINI, A, et al. Formação de militantes culturais e alternativas de desenvolvimento da cultura corporal, esporte e lazer em áreas de reforma agrária. In: Revista LICERE, centro de lazer e recreação – CELAR, Belo Horizonte, v.9, n.1, p.9-23, 2006.

FREITAS, L. C. de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, São Paulo: Papirus, 3ª edição, 2000.

MASCARENHAS, F. Dissertação de Mestrado. Lazer e grupos sociais: concepções e métodos. Campinas, SP, 2000.

_____. Lazer como prática da liberdade. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO. Programa esporte e lazer da cidade. In: www.esporte.gov.br – acessado em 05-02-2007

SADER, Emir. Trabalho, desemprego e tempo livre. In: Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Endereço para correspondência: Daniele Rorato Sagrillo - Rua Albino Luciane, 525 – Centro, Silveira Martins/RS - Cep: 97195-000.
e-mail: danielesagrillo@yahoo.com.br

Endereço para correspondência: Ecléa Vanessa Canei Baccin – Av. Roraima, Campus UFSM, CEU III - ap. 5113; Caixa Postal: 5041; CEP: 97105-970; Bairro Camobi, Santa Maria/RS.
e-mail: eclea17@yahoo.com.br

Endereço para correspondência: Vilmar José Both – Av. Roraima, Campus UFSM, CEU III - ap. 5113; Caixa Postal: 5041; CEP: 97105-970; Bairro Camobi, Santa Maria/RS.
e-mail: vilmarboth@yahoo.com.br